

XXXIV Encuentro Arquisur.
XIX Congreso: “CIUDADES VULNERABLES. Proyecto o incertidumbre”

La Plata 16, 17 y 18 de septiembre.
Facultad de Arquitectura y Urbanismo – Universidad Nacional de La Plata

EJE: Investigación
Área 1 – PROYECTO ARQUITECTÓNICO Y URBANO

A CIDADE E SEU MURO

Prof. Dr. Paulo Reyes ⁽¹⁾
Profa. Dra. Ana Elisia da Costa ⁽²⁾

Departamento de Urbanismo, Departamento de Arquitetura –
Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Porto Alegre, Brasil

(1) paulo.reyes@ufrgs.br, (2) ana_elisia_costa@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: CIDADE, MURO, PROJETO, URBANO, CENÁRIOS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cidade de Porto Alegre, ao sul do Brasil, tem o seu sítio histórico em formato de península, cujo desenvolvimento se deu ao longo do lago Guaíba, acrescentando inúmeros aterros sobre a água. Por longos anos, o lago teve papel fundamental na estruturação da cidade, até o momento em que recebeu um muro que a protege de enchentes. Essa proteção altera a relação da cidade com seu lago, construindo uma lógica inversa – a cidade dá costas à sua origem e, portanto, nega o lago. Esta discussão perpassa o debate contemporâneo em diferentes níveis, mas concentra nos processos de “esvaziamento” e, pelo seu contraponto, de possíveis ocupações que possam vir a resgatar a dinâmica do lugar. Se o muro aparta a cidade do lago, por outro lado, cria um espaço “vazio” que serve de especulação sobre seu possível destino (SANCHEZ, 2003). Este artigo enfrenta este debate a partir de uma visão teórica do espaço urbano como um território em conflito e, como tal, propõe uma leitura a partir de um pensamento por cenários (SECCHI, 2006; REYES, 2014). O pensamento por cenários faz uma leitura do espaço urbano pelos seus agenciamentos e pelas diferenças na disputa pelo território (GUATTARI, 1992). Nessa construção de sentido sobre o território, opera-se a noção de projeto de maneira aberta, reposicionando a noção de cenários como projeto utópico, na perspectiva das heterotopias de Foucault (2013a; 2013b). Utiliza-se como material de reflexão sobre a área estudos teóricos sobre o projeto desenvolvido em nível de pós-graduação e suas relações com o campo da filosofia; experiências de ensino que promovam especulações sobre o espaço urbano a partir do projeto; bem como, análises de projetos acadêmicos já desenvolvidos, na qual se especula maneiras de olhar esta complexa relação da cidade com o lago. O artigo se estrutura a partir de três segmentos, além das considerações iniciais e finais: no primeiro,

o problema é posto a partir de uma descrição histórica da estruturação de Porto Alegre no que concerne a sua relação com o Lago Guaíba, apresentando a construção dos sucessivos aterros e as decorrentes enchentes; no segundo, se faz uma reflexão crítica sobre a possível ocupação da área portuária e a exclusão do muro pela perspectiva de alternativas de projeto; por fim, na terceira parte, apresenta-se uma reflexão sobre o que significa o projeto urbano, suas limitações e potencialidades a fim de incluir as diferenças sociais no debate sobre a área. Este texto faz uma síntese do pensamento sobre a cidade em diferentes escalas – urbano e arquitetônico – a partir do aporte reflexivo oriundo das pesquisas dos respectivos autores.

O MURO E SEU CONTEXTO

Os muros e as cidades sempre estabeleceram relações de amor e ódio. De um lado, cercadas por muralhas, as cidades se protegeram dos seus invasores, como recorrentemente observado nas cidades medievais. Por outro, os muros se consolidam como barreiras de segregação social, desenhando fronteiras vigiadas. Do famoso e derrubado muro de Berlim ao atual muro de Jerusalém, passando pelos muros dos condomínios fechados que multiplicam nas cidades brasileiras e até ao muro que separa o bairro pobre de San Fernando do bairro rico de San Isidro, em Buenos Aires, exemplos se multiplicam pelo mundo (SABOYA, 2009). O muro se justifica por uma sensação de segurança e por controle que acaba por segregar o “Outro”. Não só aparta, como não permite que se atravesse. O muro acaba por ser o signo de um processo de controle e exclusão.

Em Porto Alegre, o muro erguido entre a cidade e o Lago Guaíba a segrega de um perigo eminente que, por princípio, é ambiental – as águas podem inundá-la! Neste contexto, é importante esclarecer que a cidade de Porto Alegre teve sua origem relacionada com o Lago, ocupando uma península que se projetava sobre ele. Contudo, pressões para a expansão do seu território levaram à realização de sucessivos aterros, triplicando a área da península original, conforme figura 1.

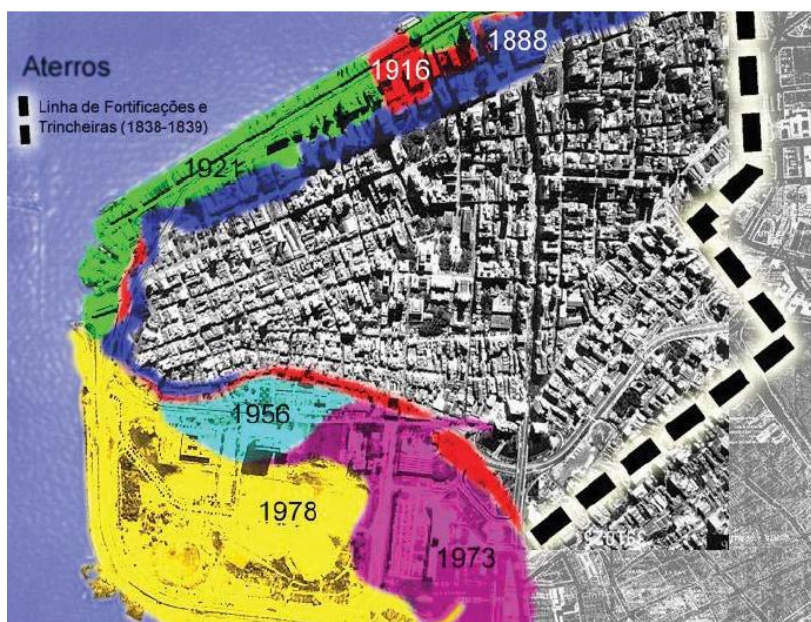


Fig. 1: áreas aterradas – Porto Alegre, RS, Brasil
Fonte: Cavalheiro, 2008.

Como o aterro colocava a cidade na mesma cota de nível do lago, esta ficou vulnerável a enchentes. A primeira enchente foi registrada em 1923, seguida da enchente de 1928. Contudo, a enchente de 1941 foi avassaladora. Com 4 metros e meio acima da sua cota, a invasão das águas deixou mais de 40 mil pessoas desabrigadas, indicando a necessidade de criar medidas de proteção em relação às águas.¹

Diante deste cenário, em 1964, começou a ser construída uma barreira que buscava proteger a cidade das enchentes que a avassalaram. Erguia-se, entre o Porto e a Av. Mauá, o Muro da Mauá, concluído em 1974. A barreira, em concreto armado, possui três metros abaixo do solo e outros três acima dele, estendendo-se por 2.647 metros de comprimento. Se, por um lado, a barreira proposta vinha proteger a cidade, por outro, provocou também a alteração da relação da cidade com seu lago, construindo uma lógica inversa – a cidade dava costas à sua origem.

O muro, ao cumprir a função de proteger a cidade do “outro aquoso invasor”, criou uma barreira entre ela e suas águas e se transformou numa interface pouco amistosa, que desestimula o uso das ruas e da área do Cais, ampliando a sensação de insegurança e estimulando a degradação do centro histórico como um todo. O que antes era uma proteção ambiental, passa a ser uma forte barreira sócio-espacial.

O muro, juntamente com o declínio das atividades portuárias até o seu completo encerramento em 2005, levaram a uma subutilização da área. Posteriormente, usos esporádicos ocorreram nos galpões do antigo cais, como as exposições da Bienal de Artes de Porto Alegre; Feira do Livro e eventos da Copa do Mundo. Contudo, esse quadro condicionou a progressiva degradação do centro histórico de Porto Alegre e o antigo centro comercial e sede dos poderes institucionais foi perdendo suas qualidades urbanas, como evidenciam a degradação dos seus espaços abertos e edificadas, o esvaziamento do uso residencial e a sobrecarga do sistema viário (CAVALHEIRO, 2008).

Diante deste quadro, diversos debates e ações vem sendo desenvolvidas, buscando estabelecer uma solução conciliatória para o problema. Por um lado, a administração pública municipal se mantém reticente à derrubada do muro, por considerar que até hoje não foi apresentada uma solução que garanta proteção à cidade contra as cheias do Guaíba. Por outro, programas públicos investem no centro, buscando a sua qualificação, mesmo que através de projetos pontuais. Recentemente, observa-se também que a sociedade civil tem se organizado em movimentos, que buscam ampliar o debate, como o “Cais Mauá de Todos”².

Os projetos desenvolvidos para a requalificação do Cais Mauá apontam para uma problemática ampla, que transcende o problema do muro em si. Estão envolvidos no processo diversos agentes, com interesses totalmente diversos – políticos, técnicos, especuladores urbanos e a sociedade civil organizada. Além dos interesses desses diferentes agentes, somam-se a este caleidoscópio de relações questões fundamentais para a revitalização do centro histórico, tais como o problema efetivo de vulnerabilidade ambiental a que está submetida a cidade; a existência de um sistema viário e de transportes caótico vinculado à área; a necessidade de intervenção em um grande acervo de edifícios com valor patrimonial.

O MURO PELO PROJETO

A perspectiva neste artigo é estabelecer uma reflexão sobre a questão do Muro e o seu contexto a partir de um pensamento projetivo. Como pensar o projeto de proteção das enchentes? Como pensar a ocupação da área portuária? Como pensar a revitalização da

¹ Dificuldades foram registradas em 1965, 1967, 1973, 1983 e 2001.

(<http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2014/08/08/porto-alegre-e-as-cheias-de-sao-miguel/?topo=13%2c1%2c1%2c%2c%2c13>)

² O grupo tem feito atos públicos e eventos, divulgando alternativas e questionando o projeto que venceu o concurso promovido pelo Estado. Sobre o assunto, ver também: <http://defender.org.br/tag/cais-maua?print=print-page>; <http://www.sul21.com.br/jornal/arquiteta-apresenta-modelo-alternativo-ao-projeto-de-revitalizacao-do-cais-maua/>;

área? Como pensar a não exclusão? A proposta aqui é *pensar a partir do projeto*. O que significa projetar uma área dessa magnitude? Que novos sentidos estão expressos no projeto?

Podemos iniciar esse debate, colocando em foco a noção de projeto. Abriremos aqui duas perspectivas de projeto: uma, que intensifica seus esforços na “*solução*”, buscando uma *solução de consenso*; e uma outra, que intensifica o “*problema*”, buscando identificar os *conflitos e as diferenças*.

O primeiro sentido de projeto é aquele que frente a um *problema* identificado passa-se a pensar uma *solução* que expresse um *consenso*. A partir daí, a área recebe inúmeras e diferentes propostas urbanísticas e arquitetônicas com esse objetivo. Essa estratégia tem sido usada desde algum tempo pelo poder público.

Na década de 90, o governo do Estado promoveu um concurso nacional de ideias para intervenção na área. O primeiro concurso aconteceu em 1994, estando estabelecido que o muro não deveria ser retirado. Como alternativa, o projeto vencedor propunha passarelas-mirantes que passavam sobre o muro. Contudo, o concurso foi cancelado e novo concurso foi promovido em 1996, contemplando a possibilidade de remoção do muro. Neste segundo concurso, o projeto vencedor propunha a construção de sistema móvel de grandes placas de concreto.

Mais uma vez, os projetos não saíram do papel e só dez anos depois, em 2008, o Estado lançou um plano de negócios para ocupação da área, com a participação Consórcio Cais Mauá do Brasil S.A.³. O plano de negócios, como forma de viabilizar financeiramente o empreendimento, prevê a restauração e concessão de usos dos edifícios existentes (11 armazéns), com comércio, gastronomia e pequenos escritórios. Também é prevista a construção de um shopping na Usina do Gasômetro, três torres, dois hotéis e um centro de eventos. Neste projeto, desenvolvido pelo urbanista Jaime Lerner em parceria com o escritório espanhol B720, o muro é rebaixado em 1,5m de altura, permitindo alguma permeabilidade visual. Externamente, o muro é tratado como uma cortina d’água com iluminação, evitando pichações, e internamente, é proposto um talude com vegetação (Figura 2).



³ O consórcio Cais Mauá Brasil S.A. é constituído pela GSS Holding (espanhola), com 51% das ações, pela NSG Capital, com 39%, e o Grupo Bettin, com 10%. O consórcio arrendou a área por 25 anos e será responsável pela gestão do projeto de revitalização e operação do Cais. (CAVALHEIRO, 2008).

Fig. 2: Projeto de revitalização do Cais Mauá. Proposta do Consórcio Cais Mauá do Brasil S.A. Porto Alegre – RS, Brasil.
Fonte: Azevedo, 2010.

Sobre este último projeto que recai a crítica e se abre o debate sobre qual destino e qual forma de ocupar essa área. O caráter excessivamente privado da proposta e o não rompimento do muro tem gerado muitas polêmicas por parte da sociedade como um todo.

Como contraponto a este projeto, várias iniciativas acadêmicas reabrem o debate a partir de novas alternativas de projeto. Exemplo disso são os projetos acadêmicos desenvolvidos por Maria Helena Cavalheiro, em 2008, e de André Landini, em 2014, ambos oriundos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Além dos trabalhos acadêmicos, o debate tem se organizado a partir de iniciativas da sociedade civil, como por exemplo, o “Cais Mauá de Todos”.

O problema que está na base dessas concepções de projeto é a crença que a solução arquitetônica pode levar diretamente ao consenso. Esse tipo de projeto, de escala da cidade, precisa aumentar seu nível de compreensão do problema e intensificar o debate sobre a área como um todo, incluindo as diferenças sociais representativas da cidade. Sobre o assunto, Guattari (1992) afirma “quer tenhamos consciência ou não, o espaço construído nos interpela de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo, (...) os edifícios e construções de todos os tipos são máquinas enunciativas. Elas produzem uma subjetivação parcial que se aglomera com outros agenciamentos de subjetivação” (Guattari, 1992:158).

Isso significa dizer que o resultado do projeto – a obra construída – tem implicações na forma das diferentes pessoas se apropriarem do espaço em questão.

Para avançarmos nesta questão, precisamos recuperar a noção de “direito à cidade” posta por Lefebvre (1969). “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na cidade” (LEFEBVRE, 1969:20). Esse tipo de projeto expresso pelo “Consórcio Cais Mauá do Brasil S.A.” vai totalmente de encontro com a perspectiva exposta por Lefebvre como *direito à cidade*, porque ao optar por ocupar a área com shopping, hotéis, centro de eventos, segmenta e “privatiza” o uso da área com um perfil exclusivo e recortado da sociedade. O direito à cidade passa a ser de poucos privilegiados.

Uma contribuição crítica que atualiza esse debate foi posta por Sanchez (2003) em “A reinvenção das cidades para um mercado mundial”. Sanchez, ao examinar os casos “Barcelona” e “Curitiba”, demonstra a intensificação da lógica de mercado nas atuações sobre a cidade. “Alguns governos municipais vêm transformando a gestão pública em administração empresarial e, sob essa orientação, apresentam as cidades como espaços atrativos para os investidores, ligados aos diferentes mercados, com interesses localizados. É nessa circunstância histórica que tem emergência a cidade-mercadoria, a cidade vendida como produto no mercado mundial. Para a potencialização dessa venda, uma combinação de transformações materiais e representações, reunidas em imagens-síntese, são acionadas como atributos mercadológicos do produto-cidade, construído por meio de um instrumento que ganha centralidade nas políticas urbanas: o *city marketing*” (SÁNCHEZ, 2003:548).

Nessa mesma direção está Lipovsky (2015). Ele acredita que a sociedade vive uma “estetização da vida cotidiana”, a qual nomeia de “capitalismo artista” ou “criativo transestético”. Segundo ele, “em toda parte o real se constrói como uma imagem, integrando nesta uma dimensão estético-emocional [...] que se caracteriza pelo peso crescente dos mercados da sensibilidade e do “*design process*”, por um trabalho sistemático de estilização dos bens e dos lugares mercantis (2015:14).

Essa perspectiva de intensificação dos valores de mercado, expresso por projetos “âncora”⁴, constrói um “falso” consenso em torno de uma revitalização da área que “permite” o acesso a todos ao Lago, porque apresenta áreas de uso comum. No entanto, o uso é atravessado por uma lógica de mercado, ou seja, o consumo e a espetacularização pautam o uso da área – só quem consome (no shopping, no hotel, nos restaurantes, etc...) é incorporado à área. O projeto, nesta perspectiva, ratifica a lógica de mercado, no momento em que organiza espacialmente a exclusão daqueles que não podem ou não querem consumir. O espaço público passa a ser um espaço de constrangimento e de hostilidade. É necessário pensar em outra lógica de projeto que não compactue com essa lógica de segregação.

O PROJETO EM FOCO

Frente a essa questão, é necessário reposicionar o sentido de projeto. Um outro sentido possível, é aquele que ao enfrentar um *problema*, não recai diretamente em uma solução de projeto, mas, pelo contrário, intensifica o nível de “*conflito*” expresso implicitamente no problema, aumentando as diferentes variáveis. Isso aumenta a densidade e a complexidade da discussão, em uma perspectiva de inserir no debate as diferentes visões sobre o problema, sobretudo aquelas totalmente divergentes. A essa abordagem, nomeia-se *projeto por cenários*.

Essa perspectiva de pensar o projeto da cidade por cenários é matéria de investigação em diferentes áreas (administração, design, estratégia, dentre outras), mas tem em Secchi (2006) uma aplicação ao pensamento urbanístico. Para o autor,

“um cenário não é uma previsão: se estivéssemos em condições de prever, muitos de nossos problemas estariam resolvidos; nem é a representação de desejos: se tivéssemos condições de realizar os desejos, não teríamos nenhum problema. Construir cenários quer dizer aceitar a ignorância e construir uma ou mais ordens hipotéticas entre os diversos fenômenos que investem a cidade, a economia e a sociedade, para esclarecer suas consequências. O que poderia acontecer se isto fosse um cenário; neste caso a hipótese sustentada pelo “se” deve ser reencontrada, com dificuldade, em algumas indicações, em algumas informações e em algumas tendências, captadas pela observação do mundo atual e de sua história. Explorar a evolução possível de algumas variáveis e as paisagens às quais elas podem dar origem, nos faz refletir sobre o provável e o possível e sobre as relações espaciais, às quais, com toda a probabilidade, cada um dos dois termos dá origem” (2006: 177).

O *projeto por cenários* olha a área a fim de compreender outras possibilidades de armação do problema. Por exclusão, a área não é pensada como possuidora de um “*genius loci*” que cabe ao arquiteto “desvelar”. Nesta abordagem (por cenários), a área é encarada como sendo uma sobreposição de diferentes interesses e de acúmulos de experiências históricas. Portanto, pensar por cenários significa pensar o objeto empírico, identificando os pontos de conflito expressos pelos diferentes agentes e por suas narrativas. “Significa dizer que a leitura do espaço urbano não é feita com a intenção de encontrar um “espírito do lugar”, mas de mostrar, através de cenários projetivos, as diferentes visões sobre o espaço. A vantagem dessa metodologia é que o resultado final do projeto passa antes por uma conversação estratégica entre os diferentes interessados na área” (REYES, 2014). Em geral, o “conflito” expresso pelas diferentes visões não são claros na situação presente e é necessário que se produza uma simulação futura através de cenários de uma situação outra. “O futuro nos serve como um tensionamento ao extremo da situação que se apresenta no presente. Os cenários não são utilizados para orientar consensos, mas para apontar diferenças existentes na situação presente e que a realidade de hoje não nos permite ver por estar excessivamente próxima. O futuro nos ajuda a construir uma distância da realidade atual que nos capacita a operar sobre a realidade que nos afronta. Portanto, os cenários não são

⁴ Projetos de grande escala, em geral trazendo uma assinatura de um arquiteto “star”.

projetados como *uma* situação, mas a situação é pensada *por* cenários. É *através* dos cenários que a realidade se explicita” (REYES, 2015).

Na base dessa concepção de projeto, está presente um impulso utópico. Um desejo de uma sociedade mais justa e que incorpore, de fato, as diferenças. “Esta inserção da responsabilidade com o outro, com a alteridade, no debate projetual, para além da assimilação pelas pesquisas sociais e psicológicas, reposiciona e reforça o projeto como pensamento ético-político” (REYES, 2015). Recuperar uma dimensão utópica ao projeto não é retirá-lo do plano da realidade através de uma dimensão idealizada. Pelo contrário, é frente à iminência do conflito construir um espaço de respiro. Isso significa dizer que frente aos tensionamentos produzidos pelos diversos agenciamentos se abra um espaço, “fora do real”, em um espaço idealizado, para que o debate se construa. Essa potência que o desejo utópico produz tem se perdido pelas urgências do mercado e pela força do capital e que acabam por se expressar em soluções rápidas, normalmente emblemáticas por um arquiteto “*star*”.

A noção de utopia fica muito desgastada quando posicionada como um “programa” de governo que busca soluções idealizadas. Neste contexto, vale retomar as discussões de Foucault (em seus últimos escritos) que estabelece um sentido potente para o conceito, através da noção de *heterotopia*. Foucault (2013a; 2013b) faz um interessante deslocamento temporal no sentido de futuro, expresso na utopia, para um sentido presente, através da noção de heterotopia. Segundo ele, heterotopia é o “espaço outro”. É aquilo que se manifesta como ideal ou como desejo, na situação presente. Trazer o desejo utópico para o presente possibilita identificar os entraves e as dificuldades da execução de um projeto qualquer. Normalmente essas dificuldades estão expressas por diferentes interesses que se posicionam em situações opostas. Essas oposições que são próprias da cidade, como já anunciava Lefebvre, expressam diferentes agenciamentos territoriais.

PROJETO POR CENÁRIOS – UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Com a intenção de tornar mais clara essa discussão sobre “*projeto por cenários*”, pretende-se apresentar uma possível estruturação metodológica. Essa demonstração simula o atual conflito presente no debate sobre a ocupação da área portuária de Porto Alegre, bem como a retirada ou não da barreira, expressa pelo muro. É importante que se esclareça que a simulação feita aqui só tem valor como explicitador dos procedimentos metodológicos, e de forma alguma, representa de maneira precisa o debate sobre a área.

Metodologicamente, os cenários podem ser estruturados através de um “*Gráfico de Polaridades*”. Após a identificação dos valores e do recolhimento das mais diversas informações e análise da área, não se busca uma organização a fim de produzir uma ideia de projeto que seja consensual. Ao contrário, o material é todo organizado para que se identifique quais valores se apresentam de maneira divergentes na situação presente. Portanto, a *identificação do conflito* é a meta.

O Gráfico de Polaridades se estrutura a partir da definição de dois eixos tensionados por polos dicotômicos. Simulando a situação presente, por exemplo, a partir do debate que tem se estabelecido até então, nos permite reconhecer, como um dos eixos que organizam os valores conflitivos, o *tipo de acesso ao local*, expresso pela dicotomia “*público ou privado*”. Outro eixo conflitivo pode ser o *tipo de uso*, expresso pelas polaridades “*cultural ou comercial*”.

Após a identificação dos quatro valores (público, privado, cultural e comercial), inicia-se um processo de cruzamento das polaridades para a construção de cenários iniciais. A cada cruzamento, se define um *nome* que possibilite uma visualização da cena futura; um pequeno *texto* que faça uma narrativa e reforce a cena; e um *quadro de imagens* que expresse o sentido que está sendo provocado (as imagens serão apresentadas todas juntas na figura 3, e estão em número reduzido). Vale a pena reforçar que o quadro de imagens funcionam como um campo de sentido possível, ou seja, organiza-se uma boa quantidade de imagens que constroem o sentido proposto pelo cenário. No caso deste artigo, tivemos que reduzir o número de imagens, devido ao formato proposto. Portanto, as imagens funcionam aqui como demonstração de um procedimento metodológico.

A seguir, como exemplo, apresentamos quatro cenários possíveis:

Cenário 1, resultado do cruzamento das polaridades “*público e cultural*”:

Nome: “*Orla Cultural*”.

Texto Narrativo: “*A Bienal do Mercosul e a Feira Do Livro de Porto Alegre têm possibilitado o resgate da vida cotidiana da orla do Guaíba, a partir dos diversos eventos de arte e de cultura ocorridos na área. A possibilidade de desfrutar a área de maneira livre, sem nenhum tipo de constrangimento, faz com que haja uma diversidade social vivenciando a área*”.

Cenário 2, resultado do cruzamento das polaridades “*público e comercial*”:

Nome: “*Orla Mercado Público*”.

Texto Narrativo: “*A orla do Guaíba tem sido palco das mais diversas atividades comerciais, valorizando o alimento orgânico, o artesanato e a arte local. A população de Porto Alegre tem se abastecido, com livre acesso, dos mais diversos produtos oriundos de pequenos produtores locais, bem como desfrutado da arte e do artesanato local*”.

Cenário 3, resultado do cruzamento das polaridades “*privado e cultural*”:

Nome: “*Orla Museu*”.

Texto Narrativo: “*A orla do Guaíba foi transformada em grande Museu que recupera a história de Porto Alegre e a cultura gaúcha. O museu é uma parceria com a iniciativa privada e a gestão esta a cargo de um Conselho com representantes dessas empresas, da prefeitura, universidade e da comunidade. O projeto foi feito por um arquiteto europeu de grande relevância e repercussão internacional. A curadoria está a cargo de um grupo de artistas e historiadores locais, coordenados pelo Conselho curador*”.

Cenário 4, resultado do cruzamento das polaridades “*privado e comercial*”:

Nome: “*Orla Centro Empresarial*”.

Texto Narrativo: “*Parte dos antigos armazéns da orla deram lugar a um conjunto de edifícios comerciais e centros administrativos que transformaram a área em um pólo comercial de âmbito regional. A centralidade dada pela área, articulada ao núcleo intermodal de transportes, possibilitou o desenvolvimento empresarial e de comércio*”.

A seguir, na figura 3, os quatro cenários propostos:

CENÁRIO 1: ORLA CULTURAL



PÚBLICO

CENÁRIO 3: ORLA MUSEU



PRIVADO



CENÁRIO 2: ORLA MERCADO PÚBLICO



CENÁRIO 4: ORLA CENTRO EMPRESARIAL

Fig. 3: cenários futuros para a Orla do Guaíba – Cais do Porto de Porto Alegre
Fonte: autores

Os cenários aqui propostos se apresentam como balizadores de uma conversação estratégica sobre a área. Eles não funcionam como cenas excludentes. Com isso, queremos dizer que nenhum cenário serve como modelo de aplicação, por outro lado, todos servem como provocadores. Não devem ser lidos como uma cena desejada, tampouco, idealizada, nem ainda como uma previsibilidade. Os cenários são muito mais ricos se forem lidos como pontos de apoio. Não funcionam como um retrato da área. O debate que se trava a partir daqui é um tipo de pensamento que produz sentido no “*entre*”. As imagens não valem na sua unidade, mas no seu conjunto, formando uma multiplicidade.

“Multiplicidade no sentido que Deleuze e Guattari indicam com a expressão “n-1”, isto é, não é pelo acréscimo de imagens, mas na anulação de uma imagem-origem. As imagens valem sempre no atrito entre elas. O sentido está no *entre* imagens e não *na* imagem. Por isso, a multiplicidade é vista como “n-1”. A imagem serve ao sentido só na composição, não na unidade” (REYES, 2015).

As narrativas oriundas desses cenários são ficcionais, operando sobre uma realidade concreta. Tanto as imagens fotográficas quanto os textos narrativos funcionam como significante. Ou seja, não produzem significado direto e explícito.

“Essas construções narrativas operam o real pelo ficcional, ao mesmo tempo que projetam realidades não ficcionais – produzem efeitos no real, ao invés de serem reflexos do real. Assim, não faz sentido a noção de falso ou verdadeiro. Todas as

imagens constroem uma realidade multifacetada explicitando as diferenças postas na situação presente” (REYES, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve a pretensão de recolocar a discussão sobre o sentido do projeto urbano, a partir da provocação feita por um estímulo teórico que foi o “*projeto por cenários*”. A intenção aqui não era apresentar “a” metodologia de projeto, mas especulações sobre o “ato de projetar”. Em relação ao objeto empírico, o que podemos empreender a partir da discussão posta aqui é que o projeto do arquiteto “Jaime Lerner em parceria com o escritório espanhol B720” pode ser enquadrado no cenário 4. De qualquer maneira, não interessa fechar o sentido do cenário em uma proposta arquitetônica, mas colocar cada cenário em relação ao outro. Por exemplo, em que medida o cenário “Orla Centro Empresarial” convive ou se transforma ao colocarmos em rota de colisão com o cenário “Mercado Público”? O que significa o cenário “Orla Cultural” em relação ao cenário “Orla Museu”? A intenção desses cruzamentos é desconstruir a ideia original e preconcebida de cada um dos cenários “originais”. Funcionam como uma possibilidade de abrir os sentidos a partir das relações de colisão entre cenários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, G. (2010). *Novo Cais ganha forma*. Porto Alegre: Jornal Zero Hora, 23/10/2010. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=674140>
- Cavalheiro, M. (2008). *Manifesto Mauá – uma costura urbana no centro de Porto Alegre*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15790/000680597.pdf?sequence=1>
- Foucault, M. (2013a). *O corpo utópico, as heterotopias*. Pós-fácio de Daniel Defert. São Paulo: n-1 edições.
- _____. (2013b). *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34.
- Lefebvre, H. (1969). *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos.
- Lipovetsky, G. e Serroy, J. (2015). *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reyes, P. (2014). *Projeto por cenários: uma contribuição aos processos de planejamento*. São Paulo, Arquitextos v. 165.02.
- _____. (2015). *Projeto por cenários: uma narrativa da diferença*. Anais do XVI Enanpur. Belo Horizonte.
- Saboya, R. (2009). *Os Muros*. In Urbanidades. Revista de Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores. Florianópolis, 31 Ago 2009> Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2009/08/os-muros/>
- Sanchez, F. (2003). *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos.
- Secchi, B. (2006). *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Sites:

- <http://defender.org.br/tag/cais-maua?print=print-page>
- <http://www.sul21.com.br/jornal/arquiteta-apresenta-modelo-alternativo-ao-projeto-de-revitalizacao-do-cais-maua/>
- <http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2014/08/08/porto-alegre-e-as-cheias-de-sao-miguel/?topo=13%2c1%2c1%2c%2c%2c13>
- <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/imagens-das-cheias-do-guaiba>
- <http://vivacaismaua.com.br/>
- <https://drive.google.com/file/d/0B1dQaqdWsen3cUVDWWq5MmFYyjg/preview>
- <http://defender.org.br/tag/cais-maua?print=print-page>

